

Nunca Seremos Desenvolvidos: da Crítica à Construção de um Caminho Plural, o Pós-Desenvolvimento

We Will Never be Developed: from Criticism to the Construction of a Plural Path, Post-Development

Giselle Alves Silva ¹

Débora C. Paschoal Dourado ²

Jackeline Amantino de Andrade ³

Raoni Fernandes Azerêdo ⁴

RESUMO

O presente ensaio tem por objetivo analisar sob uma perspectiva crítica a trajetória percorrida pelo construto desenvolvimento, desde suas concepções preliminares até a posição hegemônica que assumiu desde a segunda metade do século XX. O mesmo utiliza a metodologia de ensaio teórico para discorrer sobre as abordagens teóricas, modernizante, estruturalista e pós-estruturalista, que são predominantes no campo de estudos do desenvolvimento, por meio de uma revisão de literatura narrativa. A justificativa para a pesquisa está na percepção de que o discurso de desenvolvimento criado para a periferia do sistema capitalista, baseada na promessa de progresso linear e prosperidade econômica, é falacioso, e ao invés de promover melhoria na qualidade de vida da população, observou-se um cenário de forte concentração de renda no mundo, aliada a uma forte deterioração das condições ecológicas, sociais e culturais do planeta. O ensaio finaliza com a apresentação do pós-desenvolvimento como um novo movimento intelectual e de prática que se propõe a desenhar caminhos plurais e heterogêneos, substituindo o sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob a dominação ocidental. E confirma a pressuposição teórica assumida de que em função do modo como os países da África, Ásia e América Latina foram subordinados à lógica desenvolvimentista, nunca seremos desenvolvidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Pós-desenvolvimento.

ABSTRACT

This essay aims to analyze from a critical perspective the trajectory followed by the development construct, from its preliminary conceptions to the hegemonic position it has assumed since the second half of the 20th century. It uses the theoretical testing methodology to discuss the theoretical, modernizing, structuralist and post-structuralist approaches, which are prevalent in the field of development studies, through a narrative literature review. The justification for the research is in the perception that the development discourse created for the periphery of the capitalist system, based on the promise of linear progress and economic prosperity, is fallacious, and instead of promoting improvement in the population's quality of life, it was observed a scenario of strong concentration of income in the world, coupled with a strong deterioration in the ecological, social and cultural conditions of the planet. The essay ends with the

¹ Professora titular, Classe C - Adjunto, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, desde 2014, tendo atuado em exercício provisório na UFPE nos anos de 2016-2017. No contexto da Administração as principais temáticas exploradas em sala de aula e pesquisas são: empreendedorismo, gestão de pessoas, gestão social, teorias das organizações e estudos críticos ao desenvolvimento. E-mail: giselleadm@yahoo.com.br.

² Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: dcpdourado@gmail.com.

³ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jackeline.amantino@gmail.com.

⁴ Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: raoniazereado@gmail.com.

presentation of post-development as a new intellectual and practical movement that proposes to design plural and heterogeneous paths, replacing the perverse dream of a unified and integrated system under Western domination. And it confirms the assumed theoretical assumption that due to the way in which the countries of Africa, Asia and Latin America were subordinated to the developmentalist logic, we will never be developed.

Keywords: Development; Underdevelopment; Post-development.

1. Introdução

A utilização do termo desenvolvimento, na forma como é compreendido nos dias atuais, tem um pouco mais de sete décadas; no entanto, sua consolidação é fruto de uma longa construção histórica de ideias e instituições ao longo dos quatro últimos séculos. Suas origens estão atreladas à concepção de progresso trazida pelo iluminismo nos séculos XVII e XVIII, que baseada na confiança extrema da razão, inaugura uma nova lógica ao pensamento moderno e uma nova forma de buscar conhecimento sobre as coisas, onde o progresso passa a ser visto como algo natural, como uma tendência inerente à vida humana (OLIVEIRA, 2010).

Caiden e Caravantes (1982, p.4) apontam que originalmente o termo desenvolvimento referia-se a um “processo de revelação, de esclarecimento, de descoberta. Alguma coisa anteriormente oculta, ou secreta, ou não conhecida estava sendo revelada”. Associada a esta perspectiva, Fischer (2002) afirma que a primeira noção de desenvolvimento remonta ao século XVIII, quando o mesmo estava relacionado à área da Biologia, referindo-se ao movimento de um ser vivo do estágio inicial até sua forma apropriada. Com o surgimento da Teoria Darwinista o conceito virou sinônimo de “evolução”, visão que seria predominante até o final deste século, quando houve uma transferência do conceito para a área social, passando a ser entendido como um processo gradual de mudança social.

Entretanto, é somente durante o século XVIII que as noções de progresso e evolução se consolidam enquanto conceitos associados ao desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010; FURTADO, 2002). O progresso, fundamentado em ideais religiosos, prega o sacrifício do presente em troca de recompensas futuras (FURTADO, 2002); e está relacionado à possibilidade de melhorar as condições da vida humana a partir de incrementos em tecnologia, do desenvolvimento da ciência e de mudanças no padrão de organização social. Já a ideia de contínua evolução defende que “a sociedade humana progride, está progredindo e continuará a seguir este caminho. A humanidade move-se obrigatoriamente para um destino melhor” (OLIVEIRA, 2010, p.52).

E assim o termo é acrescido de uma nova dimensão - o valor, que amplia seu significado para além de uma revelação ou algo que estivesse oculto, e passa a representar a passagem de um estágio a outro com ganhos em qualidade e desempenho, o objetivo passa a ser o progresso e o domínio das forças da natureza para o benefício da humanidade (CAIDEN; CARAVANTES, 1982).

De acordo com Caiden e Caravantes (1982), além da natureza, as organizações sociais também deveriam ser conquistadas e domadas para atender aos interesses dos seres humanos. Nesse momento abandona-se a postura passiva do homem que aguardava pelas revelações da natureza e o mesmo passa a assumir o papel de dominador, defendendo a ideia da utilização de métodos e técnicas científicas para ofertar produtos e serviços de maior qualidade e quantidade a humanidade. E assim, o termo vai tomando os contornos do mundo moderno em que “desenvolver significa empregar talento e as energias do homem para melhorar a condição humana” (CAIDEN; CARAVANTES, 1982, p.6).

As ideias de iluminismo, razão, progresso, etapas, avanço, desenvolvimento e modernidade chegam ao século XIX como um ponto de referência para o destino da humanidade. Tais ideias estão aliadas a métodos

comparativos de análise, em que as especificidades culturais e institucionais do ocidente passaram ser uma referência a ser seguida, dando origem ao que Lacerda (2009) denomina por “naturalização dos processos sociais”.

Neste cenário, um forte esquema de pensamentos, instituições, ciência, tecnologias e costumes ocidentais passam a dominar a lógica da vida social, sobretudo a partir da década de 1940, no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando o termo ganha reforço e passa a ser “encarado como um processo sequencial e interdependente, através do qual a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna, isto é, ocidentalizada” (FISCHER, 2002, p. 3). Cria-se uma cultura de patrocínio das potências mundiais, onde as sociedades progressistas se dispunham a disponibilizar seu protecionismo, seu paternalismo e sua tecnologia aos países “atrasados”, criando um *the best way*, onde a única coisa a ser feita pelos países que queriam atingir o nível de desenvolvimento conquistado pelos países ricos, era seguir a prescrição determinada (CAIDEN; CARAVANTES, 1982).

Nesse contexto evolutivo, os investimentos em tecnologia, a criação de um aparato institucional e o desenvolvimento de um suporte teórico, passam a assumir posição de destaque no projeto de consolidação da perspectiva hegemônica de desenvolvimento identificada com a racionalidade econômica moderna. Tal perspectiva consolida-se com o surgimento de uma nova conotação ao termo, sua antítese: o subdesenvolvimento (LACERDA, 2009).

Segundo Esteva (2000), o termo subdesenvolvimento passou a ser amplamente difundido e utilizado a partir de 1949, no discurso de posse do segundo mandato, do então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. Ao utilizá-lo, conferiu-se um novo sentido ao termo, referindo à hegemonia americana, ou aos países desenvolvidos do Norte, sinalizando que estes seriam uma referência a ser seguida enquanto modelo de desenvolvimento socioeconômico e político para os países do Sul, a fim de superar suas condições de atraso econômico no qual se encontravam, por meio do transplante e aculturação de processos inovadores de gestão.

A partir do cenário acima exposto, os países do Norte passam a ser o farol que iluminaria pretensamente os caminhos dos países do Sul (LUZZARDI et al, 2009). A noção de desenvolvimento passa a predominar na percepção ocidental da realidade (ESCOBAR, 2007), utilizando para tal um vasto leque de possibilidades institucionais, teóricas e ideológicas que justificam e reiteram esse posicionamento de um modelo a ser seguido, com etapas pré-definidas que indicam o caminho rumo ao desenvolvimento e à possibilidade de atingir condições igualitárias de acesso ao consumo e estilo de vida dos países ricos nos países subdesenvolvidos.

O aparato institucional supra citado compreende uma variada gama de organizações, desde as instituições de Bretton Woods - como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - e outras organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), até as agências nacionais de planejamento e desenvolvimento, assim como projetos de desenvolvimento em escala local (ESCOBAR, 2005, p.19); responsáveis em pensar as ações e dar o suporte metodológico para implantação do modelo de desenvolvimento criado.

Face ao exposto, este ensaio assume como pressuposição teórica a ideia de que desenvolvimento é um regime de representação criado pelos países do Norte que modelou inelutavelmente toda possível concepção da realidade e a ação social dos países ditos ‘subdesenvolvidos’ (CAIDEN; CARAVANTES, 1982; ESCOBAR, 2007); e que todo o aparato teórico, institucional e ideológico elaborado por estes, é uma estratégia para a legitimação de diferentes regimes de dominação, sobretudo o econômico, que impõe às demais regiões do mundo, prioritariamente aos países da Ásia, África e América Latina, uma lógica de reprodução de vida que não lhes é própria, desta forma silenciando a alteridade contida em suas histórias e culturas, e portanto incapaz de alcançar o propagandeado status de desenvolvidos (MISOCZKY; GOULART; MORAES, 2010).

A metodologia utilizada na produção deste ensaio foi a revisão de literatura narrativa ou tradicional, onde a busca das fontes não é pré determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos realizou-se de forma arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva (CORDEIRO et al, 2007).

Partindo desta revisão de literatura narrativa sobre o campo de estudos do desenvolvimento, o presente ensaio tem por objetivo discorrer brevemente sobre as principais abordagens teóricas - modernizante, estruturalista e pós-estruturalista - e a partir de uma perspectiva crítica revelar os pressupostos das narrativas construídas e assim, desmantelar o discurso dominante e trazer à tona abordagens pós-desenvolvimentistas com vistas a desenhar caminhos plurais e heterogêneos, substituindo o sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob a dominação ocidental.

Apresentado o contexto introdutório deste ensaio, o texto segue com o desenvolvimento das abordagens teóricas predominantes no campo de estudos, apresenta as evidências de queda da ideologia do desenvolvimento e finaliza com o pós-desenvolvimento como um novo movimento intelectual que se propõe a desenhar caminhos plurais e heterogêneos, substituindo o sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob a dominação ocidental.

2. Abordagem Teóricas Predominantes no Campo do Desenvolvimento

Ao longo das últimas sete décadas a perspectiva do desenvolvimento nas ciências sociais tem passado por diferentes momentos. Santos, E. (2014) e Santos, E. et al (2015), dividem o campo de conhecimento sob três perspectivas paradigmáticas: Abordagem Modernizante, Estruturalista e Pós-Estruturalista. Nos tópicos a seguir, as três abordagens serão sucintamente explanadas com o objetivo de criar as condições para a compreensão da Teoria do Pós-desenvolvimento, foco deste estudo.

2.1 Abordagem Modernizante: a Busca pelo Progresso Econômico, Científico e Tecnológico

Essa abordagem teórica representa a ortodoxia do pensamento econômico-administrativo e é baseada nas teorias concebidas por autores como Albert Hirschman, Joseph Schumpeter, Rosentein-Rodan, Artur Lewis, W. Rostow, François Perroux, Peter Drucker e Michael Porter. Sua característica dominante é a recomendação de uma estratégia de desenvolvimento por imitação, seguindo os caminhos trilhados pelos países do Primeiro Mundo (SANTOS, E.L., 2014). Importante salientar, que nesta perspectiva os países dito subdesenvolvidos, têm suas concepções política, cultural, ecológica, estética, entre outros, subordinadas ou reféns ao econômico, compreendido em termos estritamente mercantis (FRANÇA-FILHO, 2003, p.3).

Neste contexto, um variado leque de teorias foram criadas sob o discurso da promoção do desenvolvimento e da retirada da África, Ásia e América Latina da condição de atraso e subdesenvolvimento. A seguir será brevemente situada as principais:

Rostow (1971), em sua obra intitulada “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, criou a Teoria da Modernização, nela o autor argumenta que seria possível enquadrar todas as sociedades dentro de cinco categorias principais: “sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa” (Rostow, 1971, p.16). Esta teoria reforça a ideia de que todas as comunidades do mundo podem atingir um fim único e isso corresponderia a uma universalização do desenvolvimento em escala planetária. Cabendo ressaltar que esta teoria propõe que essas etapas do desenvolvimento sejam conduzidas pelo Estado.

Perspectiva esta, que coincide com a teoria do Big Push de Rosenstein- Rodan (1943), que defende que para aumentar o grau de atratividade dos países subdesenvolvidos, a criação da infraestrutura necessária à consolidação desta etapa do desenvolvimento deveria ser promovida e custeada pelo Estado, reduzindo

os investimentos e os riscos para o capital internacional. A ideia central por trás dessa teoria é que um grande impulso ou pacote de investimentos abrangente pode ser útil para trazer crescimento econômico (Rosenstein- Rodan, 1943).

Outra solução apontada no Pós-Segunda Guerra Mundial para a superação do subdesenvolvimento, refere-se à problemática regional, tema bastante discutido por diversos teóricos, dentre os quais se destaca Perroux (1967), com a Teoria dos Polos de Desenvolvimento, cuja ideia central é que o desenvolvimento é um processo que se propaga através de impulsos econômicos desequilibrados entre as unidades produtivas, desta forma não surgindo em todos os lugares ao mesmo tempo. Na realidade, ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis. O crescimento se transmite através de diversos canais e com efeitos variáveis para o conjunto da economia.

Foram com tais argumentos, que os ideais de produção, industrialização e consumo, tornaram-se axiomas marcantes no pensamento moderno e influentes na forma de conceber o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos. No entanto, com as crises do capitalismo e seus processos de reestruturação econômica, observa-se nitidamente que os países subdesenvolvidos, mesmo adotando o receituário de desenvolvimento modernizante, embora tivessem crescimento econômico a curto prazo, não significava a irradiação de melhorias sociais, econômicas a médio-longo prazo.

2.2 Abordagem Estruturalista do Desenvolvimento: Eliminando as Estruturas que Bloqueiam o Desenvolvimento

Esta segunda abordagem do campo de estudos do desenvolvimento, ancorado sob a perspectiva da teoria cepalina e da teoria de dependência, entende a gestão do desenvolvimento como um processo histórico estrutural entre países centrais e países periféricos. Ambas argumentam que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não na suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos, como defende a abordagem modernizante.

A abordagem Cepalina legitimou-se enquanto escola de pensamento quando inaugura um movimento endógeno de contestação ao modelo exportador-primário adotado pelos países latino-americanos. Defende a ideia de que o tão desejado desenvolvimento só poderia ser conquistado por esses países se alterado às condições estruturais de suas inserções no sistema de divisão internacional do trabalho.

Um elemento importante para compreender a abordagem cepalina de origem estruturalista, segundo Santos, E.L., Santos, R.S. e Braga, V. (2015), é compreender o enfoque dado à relação centro-periferia como partes constituintes de um sistema unificado da dinâmica econômica; e ao desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos mutuamente constituídos. Para Furtado (1968) o desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces do mesmo processo mundial de acumulação capitalista, no qual reproduz de maneira permanente ambos os pólos do sistema, ressaltando seu caráter dinâmico.

Esta teoria, portanto, abandona a análise do desenvolvimento latino-americano a partir das relações econômicas internacionais, para pensá-lo sob a luz de uma nova forma de inserção da região, mais independente dos fluxos internacionais de renda, focada no mercado interno e em um desenvolvimento para dentro. A proposta para atingir tal desenvolvimento seria via industrialização, liderada pelo Estado e realizada através da substituição de importações; promovida através de políticas governamentais direcionadas às indústrias existentes, bem como à formação de novas indústrias (LACERDA, 2009). Interessante notar que tais práticas de gestão estavam ancoradas numa perspectiva ortodoxa da administração, cuja orientação “baseava-se na modernização das estruturas produtivas das regiões menos desenvolvidas, por meio de incentivos financeiros e tributários, da implantação de distritos industriais especializados, de centros de pesquisa e inovação tecnológica” (SANTOS, E.L., 2014, p.100).

Como adiantamos na seção anterior, no início da década de 1960, a política econômica desenvolvimentista começa a entrar em crise dado a ausência de experiências vindouras, sobretudo nos países latino-americanos. Nem a cartilha ditada pelos organismos internacionais responsáveis em facilitar o acesso ao desenvolvimento (Teoria do Desenvolvimento Econômico), nem a proposta de “desenvolvimento para dentro” (Teoria Cepalina) foram suficientes para promover melhorias no sistema de acumulação do capital.

Nesse contexto emerge, uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, inspirada em ideais marxistas que defendia a acumulação de riquezas no interior do país e a resistência às pressões internacionais do capital - a Teoria da Dependência (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). O objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência, de acordo com Duarte e Graciolli (2007, p.6) é:

A compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p.6).

Os principais expoentes desse movimento são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Alberto Pizarro. Para esta vertente, em linhas gerais, a relação de dependência é expressa por meio da subordinação entre nações formalmente independentes, onde os países centrais se auto sustentam, enquanto que os países periféricos expandem as suas economias a partir da expansão dos primeiros (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Corroborando com esta perspectiva, Marini (2000) define dependência como a relação de subordinação existente entre nações capitalistas formalmente independentes, em que são dependentes os Estados cuja acumulação é determinada pelo consumo de outros países, ou seja, que a economia dos países dependentes está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais possuem plena capacidade de se auto sustentar, diferentemente dos países dependentes, que só conseguirão expandir suas economias como um reflexo da expansão dos países centrais (Duarte; Graciolli, 2007). Na visão de Amaral (2012), o subdesenvolvimento guarda uma conexão estreita com a expansão dos países industrializados.

Portanto, diferentemente do desenvolvimentismo modernizante, a teoria da dependência não enxerga o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como etapas de um continuum evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas; e defende que os diversos tipos de sociedade do mundo não precisam seguir o mesmo caminho comum ao desenvolvimento, onde a pobreza é vista como a versão primitiva do desenvolvimento.

2.3 Abordagem Pós-Estruturalista do Desenvolvimento: Um Combate às Verdades Eternas e Universais

O pós-estruturalismo pode ser entendido como um movimento que critica o caráter abstrato e a-histórico do estruturalismo, que não resolve o problema do significado e das questões relacionadas à ação; e entende o discurso como algo problemático a ser investigado (Costa; Vergara, 2012). Como destaca Harvey (2010, p.49), o pós-estruturalismo ataca as noções de metalinguagem, metanarrativa ou metateoria, isto é, “as verdades eternas e universais”, e é neste sentido que o mesmo se aproxima das concepções pós-modernas.

Na década de 1980 e 1990 um número crescente de críticos culturais, apoiados na perspectiva pós-estruturalista, começaram a questionar o conceito de desenvolvimento até então utilizado pelas ciências

sociais, culminando com o surgimento do pensamento Pós-Estruturalista no campo do desenvolvimento (ESCOBAR, 2015). Para esses cientistas sociais, o desenvolvimento é um instrumento de dominação utilizado pelas sociedades ocidentais do “Primeiro Mundo” para impor seu domínio sobre os países do “Terceiro Mundo”. As discussões apresentadas por Rist, Souza-Santos, Escobar, Esteva, entre outros, ilustram essa abordagem.

“O pós-estruturalismo já faz parte do manancial teórico das ciências sociais no Brasil desde longa data” (RADOMSKY, 2011, p. 150). No entanto é recente, e possui pouca ressonância os estudos que se dedicam ao exame minucioso e crítico do desenvolvimento sob esta perspectiva (Radomsky, 2011). Tal aspecto reforça a relevância teórica do presente estudo, visto que o mesmo se propõe analisar o desenvolvimento sob uma nova perspectiva epistemológica.

Um grande fluxo de produções sobre o desenvolvimento orientado pelo pós-estruturalismo, pelo debate pós-moderno e pela perspectiva pós-colonial (RADOMSKY, 2011; SANTOS, E., 2014) tornaram-se vigorosos em direção a um movimento que tem como propósito se libertar dos incômodos do desenvolvimento, como o aumento da concentração de renda, das desigualdades sociais, dos impactos ambientais, entre outros. Uma das grandes referências desse movimento intelectual é Arturo Escobar que propõe a possibilidade de imaginarmos o que ele chama de uma Era Pós-Desenvolvimento (ESCOBAR, 1995; 2005).

É sob este prisma que se debruçará o tópico a seguir, que busca explicar Pós-desenvolvimento e demonstrar os argumentos principais que confluem para a consolidação de uma nova abordagem epistemológica ao termo.

3. Pós-Desenvolvimento: um Mundo em que Caibam Outros Mundos

Os anos de 1980, caracterizados como a Década Perdida e os anos de 1990, marcados pelas ostensivas políticas neoliberais, proferiram um forte golpe à perspectiva hegemônica de desenvolvimento como o caminho capaz de promover justiça social no mundo (ESCOBAR, 2015). O discurso da “operacionalização do progresso apoiada em seu alicerce econômico e orientada por uma lógica instrumental e mercadológica” (KNOPP et al, 2010, p. 47) tem degradado e esgotado os recursos naturais, destruindo relações sociais, sem levar em conta a especificidade cultural e as dinâmicas locais. São indisfarçáveis os efeitos do grande aquecimento da atmosfera ou da destruição da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão, da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação dos solos ou do rápido desaparecimento de espaços de habitação das comunidades locais, além da degradação social que passam a ser fortes indicadores do fracasso das políticas desenvolvimentistas (ACOSTA, 2012).

Os teóricos do pós-desenvolvimento apontam quatro principais evidências da queda da ideologia do desenvolvimento (LUBIENIECKA, 2013, p.6).

1) A suposição de que as sociedades ocidentais são padrão (modelo) a ser seguido foi falseada e isto pode ser evidenciado por meio dos crescentes problemas ambientais ocorridos ao redor do mundo; 2) A queda do muro de Berlim em 1989 que põe fim a uma realidade geopolítica bipolar constituída no período da Guerra Fria, e leva a cabo o discurso de Truman, baseado na democracia, no liberalismo econômico e na necessidade de uma liderança para o bloco capitalista; 3) A ideia de desenvolvimento era equivocada desde o início quando propunha um caminho único para que os países conquistassem um nível único de cultura e desenvolvimento econômico; e 4) O aumento do fosso entre os ricos e os pobres. Segundo Esteva em “1960 os países ricos eram 20 vezes mais ricos que os países pobres. Em 1980, graças ao desenvolvimento, eram 46 vezes mais ricos” (LUBIENIECKA, 2009, p. 3).

Diante do cenário exposto, a perspectiva hegemônica de desenvolvimento político-econômico passa a ser fortemente contestada, fazendo emergir dois encaminhamentos para o campo de estudo: O primeiro que se

dedica a promover ajustes e adaptações ao termo, a fim de minimizar os impactos negativos gerados pelo enfoque excessivamente mercadológico, e corresponde ao mainstream da literatura crítica nacional e internacional; e a segunda perspectiva, que inspirada no ideia do pós-desenvolvimento, advogam a ideia de que não há mais espaços para reparação do desenvolvimento, devendo o modelo ser suprimido como um todo, perspectiva assumida por este estudo.

No primeiro campo de críticas, trata-se de revestir o desenvolvimento de novos adjetivos, novas roupagens, sem, entretanto, romper com as questões basilares que promovem os efeitos indesejados do modelo. Pois, como afirma Acosta (2012, p.199, grifo do autor) “o conceito de ‘desenvolvimento’, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido”. Este primeiro campo de estudos sobre o desenvolvimento é responsável por atribuir novo fôlego ao conceito, e assim tais iniciativas acabam por revitalizar a importância do desenvolvimento no cenário mundial (ESTEVA, 2009).

Seguindo essa linha de pensamento, apresenta-se no Quadro 1 algumas das principais adjetivações e enfoques criados sobre o conceito de desenvolvimento, ressaltando que os mesmos se tratam de um redesenho de novos caminhos, sem abandonar sua essência, ou como denomina Esteva (2009) - Adjetivos Cosméticos.

Quadro 1 – Novos enfoques ao desenvolvimento

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO	AUTORES/ANO	DEFINIÇÃO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Anos 1950 François Perroux e Jacques Boudeville CEMAT (União Europeia)	O desenvolvimento regional é considerado quer como aumento da riqueza de uma região, quer como as atividades que conduzem a esse aumento. O desenvolvimento regional tem forte orientação econômica, embora possa também incluir aspectos sociais e culturais (GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2011, p. 8).
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Anos 1950 CEPAL	Desenvolvimento social é a mobilização e dinamização de condições de educação, saúde, lazer e serviços sociais em geral, de modo a dotar a população de condições básicas de inserção no processo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2010, p. 75).
ECODESENVOLVIMENTO	Anos 1970 Ignacy Sachs	Proposto por Ignacy Sachs. Este autor propõe a ligação do conceito de desenvolvimento à esfera da ética, e não da economia. Sua ideia foi ampliada por pensadores e organismos internacionais reguladores do desenvolvimento nos países ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) (CHACON, 2014, p. 48-49).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Relatório de Brundtland - ONU (1987)	O desenvolvimento sustentável busca um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas (CHACON, 2014, p. 49).
DESENVOLVIMENTO HUMANO	PNUD (1990)	O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser (PNUD, 2015).
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	CEMAT (União Europeia)	O desenvolvimento territorial é entendido como o processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada (GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2011, p. 9-10).
DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	Anos 2000 Amartya Sen	O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 30).
DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO	Anos 2000 Boaventura de Souza Santos	Este novo desenvolvimento deve estar ancorado nos princípios da (1) emancipação social, pautando-se nas necessidades materiais, intelectuais e afetivas das camadas expostas à exclusão social; (2) no fortalecimento de uma nova forma de conhecimento, onde o científico abre espaço para o saber tradicional, o saber comum, as artes, a ética enfim, onde a ciência aceite conviver com outras formas de saber; e por fim (3) na busca de uma nova via para caminhar rumo ao futuro, nova formas de organizar a produção, por vias distintas às hegemônicas, ainda que essas vias se estabeleçam paralelamente às formas de organização da produção já existente (LOUREIRO, 2009).

Fonte: Adaptado de Silva, 2016, p. 52-53.

Analisando as conceituações das principais perspectivas de desenvolvimento criadas a partir da década de 1950 até os dias atuais, apresentadas no quadro acima, evidencia-se a predominância de um viés mercadológico e economicista, uma concepção moderna de natureza que submete a mesma às regras da razão por meio da ciência e da técnica, e de um forte antropocentrismo que legitima sua exploração sobre os demais elementos da ecosfera (FROEHLICH; BRAIDA, 2010).

Para exemplificar o aspecto cosmético e superficial das adjetivações ao termo desenvolvimento cita-se a concepção de Desenvolvimento como Liberdade de Sen (2010), que é fortemente criticado por Maranhão (2012), dentre vários fatores, (1) por não oferecer qualquer análise crítica aos efeitos nefastos da atual dinâmica de financeirização e mundialização do capital, (2) por renovar as promessas liberais, (3) por focar nas capacidades individuais e no desenvolvimento de habilidades para se inserir no mercado; e (4) insistir na “deificação do mercado enquanto regulador supremo da vida social” (MARANHÃO, 2012, p. 90). O autor denomina o desenvolvimento como liberdade, como “o novo canto da sereia do pensamento liberal” (MARANHÃO, 2012, p. 101).

Igualmente criticado por sua perspectiva ilusória, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é contestado por Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) que afirmam que a visão aparente do conceito, aliado à sua essência ideológica, cria uma falsa noção de conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica. Os autores defendem que o conceito está imerso em uma profunda contradição dado a impossibilidade de conciliar a lógica interna do capitalismo e os objetivos do sistema à uma suposta prática ecologicamente correta.

Desta forma as conceituações nos mostram que “a questão não é simplesmente aceitar um ou outro caminho em direção ao desenvolvimento” (ACOSTA, 2012, p.199), mas sim assumir uma postura mais crítica e radical em relação ao desenvolvimento, trazendo questionamentos mais profundos sobre sua própria pertinência, como é o caso da perspectiva do pós-desenvolvimento, que de acordo com Escobar (2007), surge por não haver mais espaços para reparação do desenvolvimento, devendo o modelo ser suprimido como um todo. Trata-se de pensar em formas alternativas de organização da vida social (SANTOS, E., 2014).

Diante das limitações conceituais expostas, Escobar (1995) defende que a crítica ao desenvolvimento deve ir além de uma mera elaboração reflexiva que permita a reconfiguração de seus resíduos positivos e uma eufemização de seus efeitos danosos. Segundo ele, essa ação deve ser muito mais do que a criação de uma nova versão de desenvolvimento, ou uma espécie de refinamento progressivo. Vivencia-se um contexto de tamanha instabilidade no qual o paradigma hegemônico já não consegue prover soluções dentro de seu próprio campo de atuação, fazendo pressão para que o mesmo se reinvente, rompendo com as estruturas vigentes e dando origem a um amplo e heterogêneo movimento de crítica ao desenvolvimento.

Rist (2008) sinaliza o aumento da concentração da riqueza, a disseminação da pobreza, a destruição dos recursos naturais, o constante crescimento da violência e da desigualdade social com seus efeitos perversos, como evidências do caráter falacioso do discurso ocidentalista das teorias, programas e políticas de desenvolvimento. Porto-Gonçalves (2005) revela ainda, que para além do legado da desigualdade e injustiça social, há um legado epistemológico do eurocentrismo, oriundo dos processos de colonialismo e imperialismo, que nos embaça a vista e nos impedem de compreender o mundo em que vivemos a partir de suas próprias epistemes.

Neste contexto, um conjunto de elaborações ancoradas na Teorias e Epistemologias do Sul, evidenciam a exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global (BALLESTRIN, 2017; SANTOS et al, 2016). No campo de administração, o pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia, e concomitantemente promover o engajamento com epistemologias alternativas, que desafiem o

atual quadro de acirramento e expansão das desigualdades e assimetrias em escala global materializado nas práticas desenvolvimentistas (REIS, ANDRADE, 2018; ABDALLA. FARIA, 2016),

Diante deste cenário, multiplicam-se no campo pós desenvolvimentista, esforços por uma reconstrução e inclusive pela superação da base conceitual, das práticas, das instituições e dos discursos do desenvolvimento, observados (ACOSTA, 2012). Para Escobar (2015), a influência pós-estruturalista na crítica ao desenvolvimento deve promover uma completa implosão da narrativa subjacente ao conceito de desenvolvimento, questionando os elementos basilares do mesmo, e trazendo como demanda central interrogar os modos em que Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como “subdesenvolvidas” e, por conseguinte, necessitadas de desenvolvimento.

A inquietação trazida pelos pós-estruturalistas vai muito além de “como melhorar o processo de desenvolvimento?”, e dedica-se a buscar respostas para perguntas como: “Por meio de quais processos históricos e quais as consequências da Ásia, África e América Latina terem sido ‘idealizadas’ como ‘Terceiro Mundo’ através dos discursos e das práticas do desenvolvimento?” (ESCOBAR, 2005, p.18, grifo do autor).

Escobar (2005) afirma que não é simples responder a esta pergunta, dado o elevado número de elementos que a compõe, mas tenta sintetizar em alguns aspectos centrais:

- 1) Como discurso histórico, o desenvolvimento surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, embora suas raízes se encontrem em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo.
- 2) O discurso do desenvolvimento fez-se possível pela criação de um vasto aparato institucional através do qual o discurso foi implantado; pelo qual se tornou uma força social real e de efetiva transformação da realidade econômica, vida social, cultural e política das sociedades em questão.
- 3) Pode-se dizer que o discurso do desenvolvimento tem operado através de dois mecanismos principais: i) a profissionalização dos problemas de desenvolvimento, no qual está incluso o surgimento de conhecimentos especializados, assim como campos para lidar com todos os aspectos de “subdesenvolvimento”; ii) a institucionalização do desenvolvimento. Estes processos facilitaram a vinculação sistemática de conhecimento e prática através de projetos e intervenções particulares. Nessa perspectiva, as estratégias como “desenvolvimento rural”, por exemplo, poderiam ser vistas como um mecanismo sistemático para vincular conhecimentos especializados sobre agricultura, alimentação, etc. com intervenções particulares (extensão agrícola, crédito, infraestrutura, etc.) de forma que, mesmo quando eles parecem ser “o caminho natural de fazer as coisas” – resultarão em uma profunda transformação do campo e das sociedades camponesas de muitas partes do Terceiro Mundo, de acordo aos alinhamentos dos conceitos capitalistas sobre a terra, a agricultura, a pecuária, etc.
- 4) Por fim, a análise pós-estruturalista destaca formas de exclusão que envolveram o projeto de desenvolvimento, abrangendo a exclusão do conhecimento, das vozes e das preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: os pobres na Ásia, África e América Latina.

Para Escobar (2007) desenvolvimento é um regime de representação criado pelos países do Norte que modelou inelutavelmente toda possível concepção da realidade e a ação social dos países que a partir de então passaram a ser conhecidos como ‘subdesenvolvidos’.

Seguindo o fio lógico da apresentação das críticas pós-estruturalista ao campo do desenvolvimento, citemos a definição proferida por Escobar (2007, p. 2) que afirma:

“Desenvolvimento” significa sacrificar entornos, solidariedades, interpretações e costumes tradicionais, sempre valorizando a assessoria de peritos. “Desenvolvimento” promete enriquecimento. Para a grande maioria, significa na verdade a modernização da pobreza: a crescente dependência de um guia e da administração de outros. Reconhecer-se como subdesenvolvido implica aceitar uma condição humilhante e indigna. Não se pode confiar

no próprio nariz; tem que confiar nos peritos, que o levarão a um desenvolvimento (ESCOBAR, 2007, p. 2).

O aumento da deterioração das condições ecológicas, sociais e culturais do planeta já mencionadas; aliadas à incapacidade das instituições políticas e das instituições do campo do conhecimento em imaginar maneiras para sair destas condições críticas produzidas pelo *modus operandi* do desenvolvimento, faz emergir um novo campo de estudos denominado Discursos de Transição (DT), que “propõem uma saída dos limites institucionais e epistêmicos vigentes a fim de vislumbrar mundos e práticas capazes de gerar as transformações significativas que são consideradas necessárias” (ESCOBAR, 2015, p.219).

O conceito acima exposto revela o grande desafio que está por vir aos discursos de transição, não apenas em virtude da grandiosidade da mudança a ser articulada, mas também pela robustez produzida por mais de meio século de políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos acalorados sobre desenvolvimento, que atribuem ao termo uma profunda resiliência apesar das inúmeras tentativas de desconstrução (RADOMSKY, 2011).

Os argumentos sobre a necessidade de uma transição que marque uma era é um sinal dos nossos tempos. Os DTs estão emergindo de uma ampla variedade de locais, especialmente nos movimentos sociais, ONGs, nos paradigmas científicos e em novas teorias acadêmicas e intelectuais com ligações significativas com lutas ambientais e culturais (ESCOBAR, 2015). Apesar da raiz comum – mudança radical antidesenvolvimento rumo a um mundo totalmente diferente - este campo de conhecimento não é homogêneo, e apresenta formas de expressão bem distintas (ESCOBAR, 2015).

Ao Norte manifestam-se ações em direção a um pós-crescimento pós-materialista, pós-econômico e pós-capitalista com ênfase nas Teorias do Decrescimento, que tem por propósito combater a hegemonia dos conceitos de crescimento, produtividade e competitividade, sugerindo aos países desenvolvidos uma desaceleração e redução do crescimento (ESCOBAR, 2015). Decrescimento não é um conceito e também não é um oposto simétrico do crescimento, não é o crescimento negativo, é um slogan político provocador que visa enfatizar a importância de abandonar o objetivo do crescimento pelo crescimento, desprovido de sentido, cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente (LATOUCHE, 2009).

Ao Sul a transição se expressa em termos de um pós-desenvolvimento não liberal, pós/não capitalista e pós-extrativista (ESCOBAR, 2011), dando origem a uma “era pós-desenvolvimento”, onde o desenvolvimento deixaria de ser o princípio organizador central da vida social (ESCOBAR, 1995; 2005), e novos valores tomariam posição de destaque, como: a reciprocidade, a solidariedade, a redistribuição, a subsistência, a autonomia, o limite natural, entre outros, desconstruindo o conceito de desenvolvimento que foi formulado, historicamente, dentro dos cânones da economia política do desenvolvimento (SANTOS, E., 2014). Uma das questões centrais trazidas pelo pós-desenvolvimento é a reflexão sobre se, de fato, o projeto do desenvolvimento é desejado por todos e se todos querem ser o que os países do Primeiro Mundo são?

Os dois discursos de transição constituem-se em posições radicais, contrárias à aceção da modernidade (capitalismo liberal ou socialista) como o único horizonte válido de pensamento e ação (GUDYNAS, 2013); além de serem considerados como políticas imaginárias orientadas para a transformação radical da sociedade, convocando amplas críticas filosóficas, ecológicas, culturais e econômicas ao capitalismo e ao mercado, bem como os conceitos acompanhantes de crescimento e desenvolvimento (ESCOBAR, 2015).

Considerando o desenvolvimento como fruto do discurso ocidental, que funciona como mecanismo poderoso para a produção cultural, social e econômica do terceiro mundo (ESCOBAR, 2011; RIST, 2008), o pós-desenvolvimento, de acordo com Escobar (2015), foi concebido para designar três assuntos inter-relacionados:

Em primeiro lugar, a necessidade de descentralizar o crescimento. Isto significa (a) deslocar sua centralidade nas representações das condições da Ásia, África e América Latina; desta forma, o pós-desenvolvimento está relacionado com a diminuição e com o pós-capitalismo; e (b) questionar a capacidade para ocupar plena e naturalmente a economia. O desfecho deste primeiro objetivo era abrir o espaço discursivo a outras maneiras para descrever estas condições, menos mediada pelas premissas do "desenvolvimento".

Em segundo lugar, os teóricos do pós-desenvolvimento sugerem que é certamente possível pensar no fim do desenvolvimento. Identificaram alternativas ao desenvolvimento, em preferência as alternativas de desenvolvimento, como uma possibilidade concreta.

Em terceiro lugar, enfatizou a importância de transformar as prioridades do desenvolvimento - conhecimentos especializados e poder. A este fim, propuseram que as ideias mais úteis sobre alternativas podem ser extraídas das práticas de grupos e movimentos de base.

De maneira sintética, Esteva (2009, p.4) define pós-desenvolvimento como:

[...] a atitude hospitaleira diante a pluralidade real no mundo. Isso significa, como dizem os zapatistas, pôr-se a construir um mundo no qual caibam muitos mundos. Em vez do velho sonho perverso de um sistema unificado e integrado sob dominação ocidental, que os Estados Unidos tomaram em suas mãos no final do mundo a Segunda Guerra Mundial, trata-se de abrir a receptividade ao pluriverso, onde as diferenças culturais não são apenas reconhecidas e aceitas, mas celebradas (ESTEVA, 2009, p.4).

A concepção de "pluriverso" acima destacada pelo autor, corresponde um novo modo de ver a realidade, se opondo à suposição predominante de um mundo único, de que há uma realidade única a qual correspondem múltiplas culturas ou representações subjetivas; e assumir que existe "um mundo em que cabem muitos mundos", como expressou sabiamente o movimento zapatista, inspirados nos princípios da pluralidade, diversidade, multiculturalismo, harmonia e respeito (ESCOBAR, 2015).

O pós-desenvolvimento tem experimentado um efeito prático crescente na América Latina nesta última década, prioritariamente em círculos minoritários (ESCOBAR, 2015; ACOSTA, 2012). As principais experiências epistêmicas na região incluem o Bem Viver, os Direitos da Natureza, as Crises Civilizacionais, dentre outras vivências alternativas ao desenvolvimento. Estas são caracterizadas pelo predomínio de práticas não acadêmicas, por operarem através dos movimentos sociais, utilizando-se basicamente de duas modalidades: a metodologia das oficinas, organizadas em sua grande parte por representantes de movimentos políticos ou sociais, com participação de ativistas e líderes comunitários locais; e as publicações não arbitradas (e frequentemente ativistas), a informação difundida na rede, comunicados, declarações, folhetos e outros meios (ESCOBAR, 2015, p.230).

4. Considerações finais

O presente ensaio teórico dedicou-se a descrever e analisar a trajetória do construto desenvolvimento, por meio de uma revisão de literatura narrativa, apresentando as perspectivas teóricas predominantes em seu campo de estudos – modernizante, estruturalista e pós-estruturalista, a fim de auxiliar na compreensão de como o projeto hegemônico de desenvolvimento consolidou-se. Modelo este fundamentado na racionalidade econômica moderna instrumental, e determinando a adoção de modelo único a ser seguido, com etapas pré-definidas que indicam o caminho rumo ao desenvolvimento e à possibilidade de atingir condições igualitárias de acesso ao consumo e estilo de vida dos países ricos nos países subdesenvolvidos. A explanação de cada uma dessas abordagens é condição indispensável para compreender o argumento de Escobar (2007) que afirma que o desenvolvimento é um regime de representação criado pelos países

do Norte, que modelou a concepção da realidade e a ação social dos países da África, Ásia e América Latina.

Na Abordagem Modernizante os países dito subdesenvolvidos, têm suas concepções política, cultural, ecológica, estética, entre outros, subordinadas ou reféns ao econômico, compreendido em termos estritamente mercantis (FRANÇA-FILHO, 2003, p.3). Focada no mercado interno e em um desenvolvimento para dentro, a Abordagem Estruturalista propõe a industrialização como o caminho para se atingir tal desenvolvimento. Esse movimento seria liderado pelo Estado e realizado através da substituição de importações, por meio de políticas governamentais direcionadas às indústrias existentes, bem como à formação de novas indústrias (LACERDA, 2009). Contudo, no início da década de 1960, nem a cartilha ditada pelos organismos internacionais responsáveis em facilitar o acesso ao desenvolvimento (Teoria do Desenvolvimento Econômico), nem a proposta de “desenvolvimento para dentro” (Teoria Cepalina) foram suficientes para promover melhorias no sistema de acumulação do capital, e a política econômica desenvolvimentista começa a entrar em crise dado a ausência de experiências vindouras, sobretudo nos países latino-americanos.

Algumas evidências da queda da ideologia do desenvolvimento são os crescentes problemas ambientais ocorridos ao redor do mundo, o não cumprimento da melhoria nas condições sociais dos países que se submeteram à lógica desenvolvimentista, a falência dos discursos de democracia e liberalismo econômico, a ideia de um caminho único para que os países conquistassem um nível único de cultura e desenvolvimento econômico, e o aumento do fosso entre os ricos e pobres. O discurso de progresso apoiada em seu alicerce econômico e orientada por uma lógica instrumental e mercadológica (KNOPP et al, 2010) tem degradado e esgotado os recursos naturais, destruindo relações sociais, sem levar em conta a especificidade cultural e as dinâmicas locais. São indistigíveis os efeitos do grande aquecimento da atmosfera ou da destruição da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão, da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação dos solos ou do rápido desaparecimento de espaços de habitação das comunidades locais, além da degradação social que passam a ser fortes indicadores do fracasso das políticas desenvolvimentistas (ACOSTA, 2012).

Nesse contexto, surge o pós-desenvolvimento, inserido na Abordagem Pós-Estruturalista, como uma crítica radical à concepção de modernidade como o único horizonte válido de pensamento e ação, propondo uma completa implosão da narrativa do desenvolvimento. Um dos pilares de sustentação dessa proposta de renúncia do desenvolvimento, reside nas críticas proferidas às inúmeras adjetivações criadas ao termo desenvolvimento ao logo dos seus 70 anos de existência, como desenvolvimento humano, social, regional, sustentável, territorial, desenvolvimento como liberdade, dentre outros dispostos no quadro 1 deste ensaio, que evidenciam a predominância de um viés mercadológico e economicista, de uma concepção moderna de natureza que submete a mesma às regras da razão por meio da ciência e da técnica, e de um forte antropocentrismo que legitima a exploração do homem sobre os demais elementos da ecossfera (FROEHLICH; BRAIDA, 2010). Logo tais adjetivações não passam de um efeito cosmético, superficial que tenta minimizar os impactos produzidos pela afeição da economicidade e prologar a sobrevivência do desenvolvimento, só que com novos contornos.

O grande desafio proposto por este estudo crítico, que intenta produzir avanços teóricos no campo de estudos do pós-desenvolvimento, é romper com a proeminência do discurso do desenvolvimento como o único caminho possível para uma vida digna, e pensar a partir da multiplicidade das trajetórias, em que cada local possa traçar autonomamente o percurso que deseja trilhar, inspirados na sua cultura, história, valores compartilhados, nas vidas envolvidas em um dado território. Para tal é necessário refletir a partir da diversidade, da pluralidade na construção de formas alternativas de gerir a mudança social; abandonar a natureza hegemônica do discurso científico do ocidente, construído para dominar a natureza e legitimar a apropriação dos recursos naturais pelas ações do desenvolvimento; adotar uma postura decolonizante

frentes aos desafios apresentados; e assumir que efetivamente estamos num período de transição paradigmática, onde os conceitos de desenvolvimento e terceiro mundo já fazem parte do passado.

Quando este ensaio ousa afirmar que “nunca seremos desenvolvidos” ele parte de algumas pressuposições. A primeira delas é que a concepção de desenvolvimento que foi moldada, apresentada e imposta aos países pobres do sistema capitalista, foi concebida por interesses externos, inspiradas nos anseios dos países do Norte, e completamente alheios às necessidades e desejos daqueles. A segunda, fundamenta-se na comprovação histórica do insucesso do modelo, que não atingiu suas promessas de melhoria de qualidade de vida e não levou os países mais pobres às mesmas condições econômicas e de consumo dos países ricos. E a terceira pressuposição que sustenta esse posicionamento é que o capitalismo e seu pilar desenvolvimentista não corresponde a reta final da história, há outras possibilidades de organizações sociais futuras. Sugere-se a criação de um novo horizonte de sentidos permeado por reflexões acerca de como entendemos o mundo e como nos relacionamos com ele, ou ainda, como fazer a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo.

Referências

ABDALLA, M. M.; FARIA, A.; Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, Dec. 2017.

ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In: Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.

AMARAL, M. **Teorias do Imperialismo e da Dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161fls. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do termo desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.4-16, jan./mar. 1982.

CHACON, S. S. Desenvolvimento. *In: BOULLOSA, R. F. (org.). Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p.48-50.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M.; GUIMARÃES, C.A. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Rev. Col. Bras. Cir. vol.34 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007

COSTA, A.S.M.; VERGARA, S.C. Estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno? Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores da área de administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.6, n. 13, p. 69-89. Jan/abr. 2012.

DUARTE, E. J.; GRACIOLLI, P. H. E. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. *In: V Colóquio Marx e Engels*, 2007.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

- ESCOBAR, A. **La Invención del Tercer Mundo**: construcción e desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 2007.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- ESCOBAR, A. Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones: una conversación preliminar. **INTERdisciplina**. v.3, n.7, set./dez. 2015.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (ed.). **Dicionário de desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida. **Revista América Latina en Movimiento**, n.445, Junio, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C. (2003). **Gestão Social: Um Conceito em Construção**. In: IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local - II Coloquio Internacional El Análisis De Las Organizaciones Y La Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de junho de 2003.
- FISHER, T. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. **Anais VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 out. 2002.
- FROEHLICH, J.M.; BRAIDA, C. R. Antinomias pós-modernas sobre a natureza. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, jul./set. 2010, p.627-641.
- FURTADO, C. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GLOSSÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Desenvolvimento Endógeno, 2011, p.8.
- GUDYNAS, E. El malestar moderno con el Buen Vivir: reacciones y resistencias frente a una alternativa al desarrollo. **Ecuador Debate**, v.88, p.183-205, 2013.
- HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.
- KNOPP, G.C.; DARBILLY, L.V.C.; VIEIRA, M.M.F.; SIMÕES, J.M. **Cultura e desenvolvimento**. In: VIEIRA, M. M. F. *et al* (org.). Cultura, Mercado e Desenvolvimento. p 41-63. Porto Alegre: DaCasa Editora, 2010.
- LACERDA, J. S. Teorias do Desenvolvimento: reflexões sobre origens e aplicações em nosso contexto. **Anais XXXIII Encontro da ANPAD**, São Paulo – 19 a 23 set. 2009.
- LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- LUBIENIECKA, E.R. Does post-development theory find alternatives to westernization of international relations. In: **8th Pan-european conference on international relations**: one international relations or many? Multiple worlds, multiple crises. University of Warsaw - Poland, set., 2013, p.18-22.
- LUZZARDI, R.; STRASBURGUER, A.; NOVO, F.; ALTEMBURG, S. S. N. A panacéia do desenvolvimento: subdesenvolvimento enquanto causa. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.14 Jul./Dez. 2009, p. 39-54.
- MISOCZKY, M.C; GOULART, S.; MORAES, J. A ditadura do discurso do desenvolvimento em questão: das críticas proscritas a concepções emergentes. **Anais VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. ENEO 2010**. Florianópolis – SC. 2010.

MARANHÃO, C.H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A.E. (org). **Desenvolvimentista e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução de desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 295p.

OLIVEIRA, J.D. **Ordem, Instituições e Governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no Sistema ONU e a construção da ordem internacional**. 2010. 124f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Rio de Janeiro. 2010.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967. 755 p.
 PNUD. **O que é desenvolvimento humano**. 2019. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acesso em: 12 dez. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da Edição em Português. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas Latino-Americanas**. Edgardo Lander (org). Coleccin Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005 (2005)

RADOMSKY, G.F.W. Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades alternativas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.75, fev. 2011, p.149-162.

REIS, M.N.; ANDRADE, M.F.F. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 202, p. 1-11, mar. 2018. Mensal.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. 3.ed. Londres: Zed books, 2008.

ROSENSTEIN-RODAN, P.N. Problems of industrialisation of eastern and south- eastern Europe. **The Economic Journal**, v.53, Issue 210/2011, jun./sep. 1943, p.202-211.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SANTOS, B. de S; ARAÚJO, S; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 14-23, set/dez 2016.

SANTOS, E. L. **Administração do Desenvolvimento: um campo em busca da relevância ou a relevância em busca de um campo?** 2014. 349fls. Tese (Doutorado em Administração) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, E.L.; SANTOS, R.S.; BRAGA, V. Bases epistemológicas da administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas no contexto brasileiro. **Anais V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, mar. 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, G.A. **Pós-Desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e Participação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F.K.; SEIFERT. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, set. 2012.